

Construção cultural de gênero na educação brasileira: perspectivas teóricas**Gender cultural construction in brazilian education: theoretical perspectives**

DOI:10.34119/bjhrv3n3-234

Recebimento dos originais: 02/05/2020

Aceitação para publicação: 26/06/2020

Jefferson Diego Bezerra da Silva

Pós-graduação em Gestão educacional pelo Centro Universitário Facol
Graduação em licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco
Instituição: Centro Universitário Facol – UNIFACOL
Endereço: R. Pedro Ribeiro, 85 - Universitário, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: jeffersondiego.92.jd@gmail.com

Talita Giselly dos Santos Souza

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco
Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco
Cirurgiã-dentista pela Universidade Federal de Pernambuco
Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário Facol
Instituição: Centro Universitário Facol – UNIFACOL
Endereço: R. Pedro Ribeiro, 85 - Universitário, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: talita.giselly@unifacol.edu.br

Aline Cândida de Araújo

Graduada em licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco.
Professora de Ciências Humanas do Ensino Fundamental e Médio.
Instituição: Universidade de Pernambuco
Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães - Santo Amaro, Recife - PE, Brasil
E-mail: aline.candida@hotmail.com

Regiane Maria Silva França

Pós-graduação em Gestão educacional pelo Centro Universitário Facol
Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia
Instituição: Centro Universitário Facol – UNIFACOL
Endereço: R. Pedro Ribeiro, 85 - Universitário, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: regianemsfranca@outlook.com

Jamerson Kleber França da Silva

Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA
Graduado em Licenciatura Plena de Letras pela UNIVISA
Docente da pós-graduação em Gestão educacional pelo Centro Universitário Facol
Instituição: Centro Universitário Facol – UNIFACOL
Endereço: R. Pedro Ribeiro, 85 - Universitário, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: jamersonkleber@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo de cunho bibliográfico é identificar através de revisão literária como a escola atribui à sua proposta a discussão de questões sobre gênero. Inicialmente atribuímos ao sistema patriarcal a identidade cultural de que há uma ponte que difere e segrega o homem da mulher, em que o homem ocupa uma posição superior por ser biologicamente mais apto. Esse modelo com o passar das gerações perdurou na sociedade e também se inseriu em todas as atividades praticadas pelos indivíduos, inclusive na escola. As cantigas, jogos, fardamentos e até mesmo a disposição das salas de aulas coexistiam consciente e inconscientemente separando meninos e meninas. Nesse sentido, os alunos os alunos cresciam e tornavam-se indivíduos que defendiam essas concepções em casa, no ambiente de trabalho e até mesmo nas relações afetivas. É um tema pertinente a ser abordado, tanto por essas questões sociais, quanto pelo fato de a escola implementar diretrizes curriculares que valorizem as singularidades dos seus alunos. Por extensão, também atribuímos a relevância pelo remodelamento do trabalho pedagógico, visto que o educador pode ter um olhar mais aprofundado para os interesses e necessidades de seus alunos. Ao final desta discussão enfatizamos a importância da escola em traçar propostas que permitam aos alunos entenderem e respeitarem qualquer diferença que se apresenta no indivíduo, seja ela de gênero ou não. Outrossim, a escola tem a responsabilidade de ajudar o indivíduo a se preparar para a fase adulta, espera-se dos profissionais de educação empenho para formarem academicamente e socialmente indivíduos respeitosos, críticos e cientes dos direitos que cada um tem de se expressar, e que a identidade que cada pessoa expressa faz parte do todo que compõe uma sociedade.

Palavras-chave: Identidade de Gênero, Ambiente Escolar, Atuação Profissional, Educação Construtiva.

ABSTRACT

The purpose of this bibliographic article is to identify through literary review how the school attributes gender issues to its proposal. Initially, we attributed to the patriarchal system the cultural identity that there is a bridge that differs and segregates the man from the woman, in which the man occupies a superior position because he is biologically more apt. This model over the generations has persisted in society and has also been inserted in all activities practiced by individuals, including at school. The songs, games, uniforms and even the layout of the classrooms coexisted consciously and unconsciously separating boys and girls. In this sense, the students, the students grew and became individuals who defended these concepts at home, in the work environment and even in affective relationships. It is a pertinent topic to be addressed, both because of these social issues, and because the school implements curricular guidelines that value the uniqueness of its students. By extension, we also attribute relevance to the reshaping of pedagogical work, since the educator can take a deeper look at the interests and needs of his students. At the end of this discussion, we emphasize the importance of the school in drawing up proposals that allow students to understand and respect any difference that appears in the individual, be it gender or not. Furthermore, the school has the responsibility to help the individual to prepare for adulthood, education professionals are expected to strive to educate academically and socially respectful, critical and aware of the rights that each has to express, and that the identity that each person expresses is part of the whole that makes up a society.

Keywords: Gender Identity, School environment, Professional performance, Constructive Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz, através de uma revisão bibliográfica, conceitos sobre gênero e se de fato o ambiente escolar implementa em suas diretrizes perspectivas democráticas sobre o debate deste assunto entre alunos e professores. Pretende-se no decorrer dessa discussão entender que interesses circundam as diferentes concepções presentes na sociedade sobre identidade de gênero e que influências refletem nos aspectos de gêneros que segregam os públicos masculino e feminino.

Ainda existe um desequilíbrio nas práticas pedagógicas no que se refere em atribuir assuntos sobre gênero no ambiente escolar. Muitas instituições defendem que a responsabilidade em debater este assunto se restringe aos pais e que são eles que direcionam seus filhos à busca e reconhecimento de sua identidade. Porém, na sala de aula, devemos sempre estar atentos para mostrar que a dominação masculina e a violência de gênero são desenvolvidas e alimentadas por diversos mecanismos do meio social (SILVA; SILVA, 2011).

Atribuir ações pedagógicas acerca das questões de gênero compele à escola de remodelar sua própria identidade institucional mediante uma reformulação curricular. Os professores precisam estar cientes e conscientes da importância do seu trabalho em auxiliar os alunos a entenderem o processo de valorização do outro, e por extensão o respeito pela singularidade de cada indivíduo. Jakimiu (2011), esclarece que é necessário mudar as estruturas educacionais e se voltar à discussão de gênero, dentro das salas de aula, preparando os alunos para atuarem na sociedade de maneira igualitária.

Propor uma discussão sobre o sexo oposto permite entender reflexões históricas sobre as relações entre homens e mulheres, como estas relações estenderam-se do ambiente escolar para a economia e para as relações sociais. Os índices de agressões, machismo e violência tem considerável peso sobre as percepções de gênero. Segundo os dados do Atlas da Violência, foi observado que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007 (CERQUEIRA, et al. 2019). Nesse sentido, o homem sempre foi imposto como superior, então as mulheres e homossexuais ficaram por muito tempo à margem de direitos e autonomia em exercer seus respectivos papéis.

Diante da responsabilidade da escola em implementar didáticas de ensino que valorizem as concepções de gênero, trazemos a seguinte problemática norteadora: Que prejuízos educacionais e sociais o aluno pode estar submetido mediante uma proposta

pedagógica que não contemple o entendimento da identidade de gênero? Gênero e sexualidade são assuntos inerentes ao ambiente escolar e segundo Jakimiu (2011), essas relações estão presentes implícita ou explicitamente no dia-a-dia das escolas, na relação professor e aluno, nas relações aluno e aluno e, principalmente, na prática educativa do professor.

Justificamos a confecção deste texto considerando a trajetória do aluno no ambiente escolar e as várias possibilidades que ele tem para se desenvolver. Segundo Lopes (2009), a escola é a única instituição demarcada, com a possibilidade da construção sistematizada do conhecimento pelo aluno. Assim, o ambiente escolar constrói possibilidades, elaboradas e mediadas por profissionais qualificados, que entendam a importância de valorizar as particularidades de cada indivíduo.

Diante desta discussão inicial, o presente trabalho teve como objetivo fazer um levantamento bibliográfico e mostrar como a escola atribui à sua proposta a discussão de questões sobre gênero. Especificamente buscaremos entender que reflexos na vida do aluno podem ser apontados mediante um processo de escolarização que valoriza a identidade de gênero; observar através da literatura consultada como torna-se pertinente o trabalho pedagógico mediante a pluralidade na identidade dos alunos sob a perspectiva de atuação profissional.

2 A RESPONSABILIDADE DA ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA

O desenvolvimento da inteligência e de todas as características aceca da identidade de um indivíduo dependem das relações e das experiências que este indivíduo vivencia, assim, aprendizado também faz parte das conexões que o indivíduo faz dentro e fora do ambiente escolar. Segundo Gil (2017), no que pertence à abordagem comportamentalista, o conhecimento é resultado da experiência, e nessa concepção de ensino, a escola educa, e os modelos educativos são desenvolvidos com base na análise dos processos do meio

O homem é o único animal, que por adquirir conhecimentos, desenvolve gradativamente a arte de aprender, e necessita da intervenção de outros humanos para adquirir a forma humana de ser (MAYER, 2013), e para isto, há a necessidade de estímulos que inicialmente surgem no ambiente familiar e estendem-se à escola. Interagir, trocar e experimentar são ações de extrema relevância no ambiente escolar considerando que possibilitam novas percepções do indivíduo sobre o ambiente e sobre ele mesmo, logo, as possibilidades de autoconhecimento são intrínsecas à estas experiências.

O ser humano tem a habilidade em observar e interiorizar as realidades que o circunda. De acordo com Wallon (1975) aprendizado não ocorre de forma isolada e o amadurecimento cognitivo, sensorial, afetivo e social do ser humano se associa diretamente às interações com outros seres humanos. Nesta perspectiva, o ambiente escolar é significativamente plural em que pode e precisa criar possibilidades tanto para que os alunos observem e se integrem às diversidades como tenham espaço, possibilidades, conforto e segurança para expressarem sua própria identidade.

As experiências com outros indivíduos de fato permitem associações e desenvolvimento universal dos seres humanos, porém, o ambiente escolar não é composto apenas por alunos, mas também, por profissionais que precisam estar qualificados a entender e permitir que os alunos se expressem. Segundo Diesel, et. al. (2008), a realização de problematizações no ambiente escolar, implica em direcionar os alunos a pensarem acerca das situações e problemas que envolvem os assuntos estudados. É dessa maneira que o docente leva os alunos ao desenvolvimento de articulações com o presente contexto social.

O ambiente escolar não precisa necessariamente apontar erros inerentes aos indivíduos, mas permitir a percepção, diagnóstico de erros permitindo que cada aluno se enxergue como uma pessoa susceptível a essas situações, mas que isso não implica diretamente em uma falha, dificuldade ou ineficiência. Nesse ponto, torna-se importante a escola inserir em suas didáticas de ensino momentos em que os alunos tenham a certeza que podem ser eles e que a assertividade faz parte do processo de aprendizado assim como os erros (SOARES, 2008).

Assim, segundo Bossa (2011) a escola precisa trabalhar os diferentes pontos de vista dos alunos como parte do processo de aprendizado visto que tudo que o aluno aprende é fruto de uma associação e representação sobre o mundo externo e o momento em que ele se vê parte deste mundo permite-se aprender. Subentende-se que, quando o aluno apresenta dificuldades em aprender, existe a possibilidade de um desencontro do que o aluno acredita ser palpável à sua realidade, com a vivência no meio ao qual está inserido.

O processo de escolarização engloba diferentes estímulos que gradativamente são processados pelo aluno. Como o processo de escolarização acontece no ambiente escolar, torna-se pertinente observar e pontuar se as ações educativas implementadas de fato condizem com as necessidades de aprendizado daquele grupo. Nesse sentido, para que o aluno aprenda, torna-se pertinente atribuir novas ideias e associar ao conhecimento que já é

inerente ao indivíduo. A democratização do ensino precisa contemplar características que já fazem parte da essência do indivíduo (YOUNG, 2007; LOPES, 2009).

Nesse contexto, percebe-se que a escola é um ambiente potencializador, ou seja, uma vez que há uma estrutura pedagógica qualificada em acompanhar os educandos, as perspectivas de bons desempenhos tendem a seguir em uma projeção positiva. Na visão de Mayer (2013) o trabalho docente é de relações humanas, e nunca deixará de ser, pois a aprendizagem depende desse olhar diferenciado que o educador coloca no outro. Nessa conjuntura, o olhar do professor para aquele aluno que possa estar passando por algum bloqueio cognitivo, afetivo ou social e que está refletindo diretamente em seu desempenho, é fundamental para que novas diretrizes sejam traçadas.

Nesse ponto, Chabanne (2006) defende o aspecto humano como principal fonte de aprendizado, e se depois de várias tentativas pedagógicas o aluno não progride, é o momento em trazer esse aluno como um indivíduo que pode estar passando por algum tipo de conflito pessoal. Ademais, acredita-se que a escola precisa considerar o aspecto humano do aluno não apenas mediante algum problema ou dificuldade de aprendizado. Contudo, é importante que o discente seja continuamente observado em sua trajetória de ensino.

Segundo Oliveira (2017), as instituições escolares na atualidade, em sua grande maioria, estão buscando refazer suas práticas e desenhar novos cenários, onde o aluno possa desenvolver autonomia e espírito crítico. Com efeito, a escola precisa perceber que estratégias didáticas são mais interessantes, quais estão surtindo bons resultados e quais estratégias ainda precisam ser inseridas no desenvolvimento dos seus alunos. Diariamente desafios surgem no ambiente escolar e quando estes desafios se referem à identidade, conflitos e aceitação das particularidades dos alunos a responsabilidade institucional torna-se mais evidente.

De acordo com Porsche, et al. (2009), é pertinente trazer a concepção de que a escola precisa criar caminhos para que o aluno se aproprie do conhecimento à maneira que ele acredita, essa é uma relação extremamente delicada, para que a escola perceba e intervenha coerentemente, considerando que o aluno precisa ter o desejo em aprender e de se expressar.

A responsabilidade da escola na promoção de uma educação qualitativa não se restringe apenas aos seus alunos, mas também a todo o corpo escolar. Compelir aos alunos a responsabilidade de serem excelentes é uma medida extremamente conservadora e que não condiz com a proposta construtivista defendida para o processo de ensino. Na construção do conhecimento, o aluno é mediado através da figura do professor, que estimula

e faz intervenções entre os alunos e o conhecimento, estimulando a autonomia e a reflexão. (OLIVEIRA, 2017).

A escola precisa estar atenta aos caminhos traçados no conhecimento adquirido e compartilhado coletivamente. De acordo com Reis (2015), no contexto social, o processo educativo precisa ser proporcional a fatores biológicos/fisiológicos, se há relação com problemas afetivos ou sociais ou se é uma progressão natural de cada indivíduo. Young (2013) que ressalta a importância da escola em implementar um modelo construtivo de ensino que valoriza a condição de cada aluno como mais um componente do processo de aprendizado onde o plano de ensino é construído a partir de opiniões e pontos de vista dos aprendentes. Esta conduta de ensino potencializa novas possibilidades de debates, incentiva a autonomia e a participação destes alunos.

Uma vez que a escola observa e trabalha concomitante às peculiaridades de cada aluno, estes têm mais possibilidades em aprender em seus respectivos ritmos, compartilhar suas experiências e inquietações para que percebam que naquela instituição eles são vistos de maneira igualitária e que fazem parte de algo em que acreditam. Segundo Lourenço (2010), os interesses da escola precisam estar em consonância com os interesses dos alunos como uma relação de enriquecimento de conhecimento e valores.

O acompanhamento didático é apenas mais uma estratégia pertinente à escola considerando que os aspectos humanos estão cada vez mais sendo pontuados como primordiais ao aprendizado. Vale destacar a importância da escola em valorizar as concepções continuamente, e estar atenta a não ofuscar a diversidade, e perceber suas origens e como podem ser parte de sua estrutura. Com as observações de Silva e Nascimento (2013), nota-se que o aprendizado de fato é um componente curricular essencial, mas não é o principal fato do desenvolvimento pleno de um indivíduo.

3 RELAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZADO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

O homem desde o início da construção social do Brasil foi posto em um cargo de imenso poder. O respeito, a observação e a percepção das habilidades de mulheres por outro lado não refletiam a mesma competência e eficiência. Essa situação histórica pré-determinava que os homens já nasciam propensos a exercerem uma postura superior e que este conceito era indissociável (SCOTT, 1995; LACERDA, 2010).

Subentende-se que as organizações mais poderosas da sociedade foram responsáveis pela manutenção deste conceito, uma vez que um grupo social dominante sobrepunha aos outros padrões a serem seguidos. No Brasil as heranças do período colonial foram significativas para o surgimento e consolidação da imagem do que é certo ou errado, e isso preconizava a relevância e poder do homem como indivíduo superior e apto a tomar decisões melhores e mais coerentes que as mulheres (LACERDA, 2010).

Mudança, reestruturação e renovação são conceitos que fazem parte das civilizações que crescem e destacam-se perante as outras. O crescimento implica em diferencial, em uma afirmação de evolução, e para isso todos os âmbitos de uma cultura precisam mudar. Um destes âmbitos é o ambiente escolar, justamente por ter a função de possibilitar o desenvolvimento do indivíduo e a construção da autonomia em suas ações individuais e coletivas. Traz-se novamente a escola como um ambiente importante para este ponto pelo fato de que a aceitação de um indivíduo sobre sua identidade não se concretiza apenas em casa, mas em qualquer lugar que ele socialize (CASAGRANDE, 2008).

O gênero como ponto principal foi determinante para a relação de poder do homem sobre a mulher independente da classe social, e esta relação também se estendeu no ambiente escolar. Na esfera educativa, os meninos realizavam atividades de meninos e meninas realizavam atividades de meninas, além disso eles não podiam ficar juntos na escola (ALMEIDA, 2014).

A presença feminina na escola era alvo de debates na sociedade antiga, uma vez que a mulher era vista como intelectualmente diferente, em que se existia mais uma percepção de emoção do que inteligência. Além disso, elas deveriam ser destinadas para a maternidade, por isso precisavam ser poupadas para não prejudicar a saúde dos futuros filhos. É evidente que essa concepção cultura desencadeou em diferenças no tratamento educacional dos homens e das mulheres (LACERDA, 2010; ALMEIDA, 2014).

Mesmo com a disseminação de ideias igualitárias e com a proximidade da República, no panorama educacional ainda se existia segregação dos gêneros. Defensores da educação pública insistiam nos méritos femininos e na aplicação de classes mistas nas escolas. Além disso, os movimentos feministas defenderam o ensino não diferenciado para homens e mulheres. Várias lutas foram impunhas para que não houvesse segregação de gênero na educação (ALMEIDA, 2014). Diante disso, percebeu-se a importância de a escola trazer e enfatizar reflexões sobre desigualdade de gênero como um contexto e também um paradigma que precisa ser desvinculado das relações humanas (JAKIMIU, 2011).

Desta forma, à luz dos novos paradigmas educacionais, a escola passou trazer conceitos de igualdade onde cada indivíduo tem a liberdade de externar como se sente naquele meio, sendo acolhido e compreendido em suas particularidades (ROSISTOLATO, 2009; ALMEIDA, 2014). Assim, as atividades educacionais passaram a ser planejadas e implementadas a fim de coexistir uma aproximação dos indivíduos sem distinção de gênero, em que tanto meninos quanto meninas tenham espaço para serem resolutivos, participativos e reflexivos (ZIEBELL, 2015).

É preciso considerar que a escola tem autonomia em promover aos alunos e a comunidade um processo de escolarização concomitante à conscientização da importância das relações interpessoais inerentes a cada indivíduo. Porém, reforça-se a necessidade da participação da família no ambiente escolar, uma vez que as questões de gênero afetam a vida de um indivíduo como um todo e não apenas em questões educacionais. Isto posto, percebe-se que as abordagens didáticas que tratam de igualdade de gênero devem desconstruir comportamentos repressores e segregadores que acontecem dentro e fora da escola (REIS; GOMES, 2009; ZIEBEL, 2015).

De acordo com Ziebel (2015) é importante que um novo olhar seja traçado para os debates sobre o gênero, visto que cada mudança social implica não em impor novas perspectivas mas sim novas reflexões às diferentes realidades, esta realidade interfere diretamente nos seres humanos, como irão se sentir e como irão se projetar diante dos outros.

A escola reproduz toda uma dinâmica social e esta reprodução remete aos alunos possibilidades ou não de se expressarem. A escola esboça conceitos de respeito, de valorização pelo outro e de liberdade de expressão com intuito de criar um espaço que permita o aluno ser e se comportar como ele realmente é, e isso a nível de desenvolvimento humano é de extrema relevância. Essa dinâmica realizada na escola permite a autodescoberta, fazendo com que os estudantes encontrem suas identidades e construam seu senso crítico, isso através de estímulos e orientação dos educadores.

Muitas crianças precisam de uma socialização equivalente às suas inquietações. Entende-se na atualidade a intensificação de medidas pra suporte destas crianças pela necessidade delas em estar inseridas no mundo que as aceite como de fato elas são. Percebe-se que elas diferem na sua percepção e não intrinsecamente uma inabilidade em aprender, os fatores interpessoais que interferem na afetividade do aprendizado (CHRISPINO, 2004).

O modelo tradicional, que por muito tempo promoveu um restrito controle social, determinava padrões e regras que precisavam ser seguidos uniformemente. Esta postura

social implicou na perda de identidade dos indivíduos bem como o receio em cada pessoa externar sua realidade. A modernidade não precisa apenas ser notada nas relações de trabalho e na produção industrial como percebe-se na globalização, é importante modernizar os pensamentos e atitudes dos indivíduos para com o outro na defesa do pluralismo de gênero (TEIXEIRA, 2010).

A igualdade precisa ser defendida na escola não apenas como uma concepção, mas como uma reflexão que se reafirma no comportamento dos indivíduos. Em outras palavras, a escola além de defender a igualdade precisa promover experiências em que os alunos percebam a relevância em respeitar a identidade do outro não pelo ponto de vista de gênero, mas sim da competência ou não na realização de uma determinada atividade (REIS; GOMES, 2009).

A escola é regida por políticas e diretrizes, os profissionais as interpretam e adaptam à realidade institucional, ou seja, políticas de ensino são documentos norteadores para os profissionais em que eles têm um suporte legal para realizarem suas funções acadêmicas (FELIPE, 2008). Porém, é importante ressaltar que as políticas não definem como a escola precisa intervir na sua rotina e isto torna-se importante pelo fato de que as questões de gênero precisam ser contempladas mediante a razão, situação e fatos e não serem debatidas de forma pejorativa.

As brincadeiras, jogos e leituras de textos por vezes são determinadas por materiais pré-selecionados e que os professores têm a função de reproduzir. O diferencial para o trabalho pedagógico é avaliar previamente, se há objeções na implementação de didáticas de ensino, para que não se apropriem de recursos que tenham uma proposta machista ou feminista e, se houver essa intenção no material, utilizá-lo como uma proposta democrática e ser debatida entre os alunos (JAKIMIU, 2011).

A escola precisa perceber a construção das identidades de gênero a partir das perspectivas dos seus alunos, considerando que eles são os maiores interessados. Para isso, segundo Rohden (2009) é importante entender a que contexto estão inseridos, como se dá a cultura de suas casas, as outras relações que fazem parte de suas vidas e como aquela identidade que chegou com o aluno à escola se formou. O aluno não chega à escola como um indivíduo vazio, com ele vem concepções, ideologias, culturas e religiosidades já formados, e o ambiente escolar precisa ser promissor para trabalhar no amadurecimento ou mudança desses pensamentos.

Quando a criança apresenta comportamentos atípicos às suas relações sociais, é importante os pais terem discernimento sobre o que pode ser considerado incomum ao seu comportamento e esta informação precisa chegar à escola. À forma como a criança se veste, seu comportamento juntamente à alunos de sua faixa etária são indícios importantes de serem observados principalmente quando a intenção surge da tentativa de se adequar (JAKIMIU, 2011).

Se os familiares percebem e se preocupam com o comportamento dos seus filhos, a escola precisa prover esta atenção especial associando informações vindas do ambiente doméstico com as informações presentes no ambiente escolar. Se há a intenção de uma reformulação na forma das pessoas pensarem e agirem, é importante que as informações e dados sejam debatidos e convertidos em pró do aluno. Assim, é importante que a escola entenda e acompanhe o processo de amadurecimento de identidade do aluno (JAKIMIU, 2011).

Esta percepção da escola também implica em entender a identidade de gênero, a orientação sexual e como o aluno consegue projetar sua identidade e também como ele é aceito. Os educadores podem trabalhar com alunos que tem estas visões muito bem esclarecidas no ambiente doméstico, mas no ambiente escolar eles precisam perceber àqueles alunos que não compreendem esta diversidade e como eles se comportam (ROSISTOLATO, 2009). Observar os diferentes ângulos em uma proposta democrática significa apoiar os que tem uma postura definida sobre si mesmos e também apoiar e orientar os alunos que não compreendem, pois isso pode gerar conflitos e violência, situações que a escola precisa prever, mediar e intervir (ROHDEN, 2009).

Gerenciar estas situações para a escola e por extensão para os educadores requer sensibilidade, pois há a defesa como também conflitos de direitos e interesses. Segundo a Unesco (2004) as escolas precisam agir também para desarticularem estereótipos que defendam a desigualdade entre os indivíduos elaborando grades curriculares que estejam em consonância com a realidade dos educandos e implementando uma proposta curricular que aproxime os indivíduos e não que segregue àqueles que por alguma característica apresentem-se diferentes.

De acordo com Reis e Gomes (2009) o que os alunos aprendem e amadurecem no ambiente escolar é representando fora dos muros da escola. Desta forma, se na escola o aluno aprender a respeitar a identidade e particularidade do outro, em outros ambientes ele não só irá defender essa concepção como irá se tornar um multiplicador social. Neste

momento, a identidade democrática e social da escola fortalece-se consideravelmente e sua proposta torna-se de fato coerentes com as necessidades atuais não apenas de ensino, mas da formação integral de um indivíduo. Segundo Rosemberg (2010), a educação quando atribuída em pró do indivíduo tem um caráter emancipatório, seja por permitir que cada um afirme sua identidade diante do outro, como do outro em reconhecer o respeito e o espaço que cada um tem por direito.

Para que o aluno aprenda e se desenvolva no processo de escolarização, é importante que a escola e o professor atuem nessa formação cotidianamente. Soares (2008) afirma que as questões de gênero precisam fazer parte de todas as ações educacionais e também se estenderem fora da escola. Além disso, a escola precisa ter autonomia em defender os interesses dos seus alunos, e esta defesa de interesses precisa de fato ser refletida do momento em que o aluno cruza os portões da escola até a manipulação de materiais pedagógicos. É importante o aluno ver-se no ambiente escolar como participativo, crítico e construtor de aprendizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva sobre as diferenças entre homens e mulheres é consequência de uma estrutura patriarcal que ainda perdura nos dias atuais, mas com outras características sociais, o que pode evidenciar diferentes interpretações dentro do conceito de patriarcado até mesmo àquelas que desvalorizam os indivíduos de conceito de gênero. O trabalho pedagógico precisa quebrar este paradigma permitindo que cada aluno se aproprie e defenda sua identidade com a certeza de que será aceito da importância à escola em ser cada vez mais representativa na vida de um indivíduo.

A distinção de gênero pode ser um precursor de várias perdas para o aluno, perdas acadêmicas, cognitivas, afetivas e até mesmo a perda de confiança em ter sua identidade e conseguir representá-la. Um indivíduo sem identidade não consegue se encaixar em nenhum ambiente, se o aluno não consegue encontrar seu espaço na escola, ele não consegue se desenvolver, conseqüentemente, ele não progride e todas as suas perspectivas ficam suspensas mediante um trabalho pedagógico ineficaz.

Assim, entende-se que as questões de gênero não definem apenas quem é menino ou menina, mas sim que meninos e meninas, homens e mulheres são indivíduos igualmente aptos a realizarem qualquer atividade em qualquer esfera da sua vida, mas, para que os

alunos entendam e defendam esta concepção, precisam de todo um sistema de suporte que se estenda na escola e perdura em toda sua vida.

Sendo assim, conclui-se que a escola é uma instituição formadora de indivíduos e que precisa valorizá-los em sua universalidade, valor esse que precisa ser reproduzido em todas as diferenças e singularidades, para isto é pertinente um projeto educacional mediado por profissionais qualificados e que tenham uma visão humana e social voltada para a identidade individual e coletiva de cada aluno.

Portanto, a escola é uma estrutura social composta por diferentes comportamentos, seja de alunos, professores e gestores, e essa escola precisa ter profissionais de educação que entendam a importância de permitir que os alunos se expressem conforme o que acreditam e que agreguem esses valores ao processo educativo, buscando sempre priorizar a capacidade, autonomia, habilidade e potencial dos seus alunos.

Assim, faz-se necessário enfatizar à toda comunidade acadêmica perspectivas atuais de educação e escolarização reforçar que a escola é um ambiente rico, produtivo e seguro para o aluno exercer suas capacidades cognitivas e sociais. É um grande desafio para todos os participantes considerando que ainda existem diversos traços do modelo patriarcal e machista na sociedade, e que de certa forma refletem em muitas instituições de ensino, principalmente instituições que insistem em modelos tradicionais. Por isso, quando o educador percebe a necessidade de mudar esses paradigmas, se faz necessário gradativamente trazer esses conceitos para a sala de aula, para os alunos, para os familiares, permitindo que a escola mude e renove-se.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. "Meninos e meninas estudando juntos: os debates sobre as classes mistas nas escolas brasileiras (1890/1930)." **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 58, p. 115-123, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640382/7941>> Acesso em 15 de mai. de 2020.
- BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.
- CASAGRANDE, L. S. **Relações de Gênero e Educação: Um Convite à Reflexão**. In: Gênero e Diversidade Sexual no Ambiente Escolar. Refletindo Gênero na Escola. A Importância de Repensar Conceitos e Preconceitos. Secretaria de Educação Continuada. Ministério da Educação. Curitiba, 2008.

CERQUEIRA, D.; et. al. **Atlas da violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784> Acesso em 11 de abr. de 2020.

CHABANNE, J. L. **Dificuldades de aprendizagem. Um enfoque inovador do ensino escolar**. Trad. Regina Rodrigues. São Paulo: Ática, 2006.

CHRISPINO, A. Mediação de conflitos: cabe à escola tornar-se competente para promover transformações. **Revista do Professor**, Porto Alegre, n. 79, p. 45-48, 2004.

DIESEL, Aline; BALDES, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.

FELIPE, J. Proposta Pedagógica. *In: Educação para a Igualdade de Gênero*. TV Escola. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Proposta Pedagógica. Ano XVIII – Boletim 26, p. 03-14, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf> Acesso em 25 abr. de 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2017.

JAKIMIU, V. C. L. Violência Simbólica nas Relações de Gênero: Caminhos para Promover uma Educação Emancipatória. *In: BONA JÚNIOR, A. (Org.) A Sexualidade em Questão*. Estudos e Subsídios Sobre o Abuso e a Educação Sexual de Crianças e Adolescentes. União da Vitória, PR: Uniporto, 2011.

LACERDA, M. B. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.16570>

LOPES, R. C. S. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>> Acesso em 05 de mai. de 2020.

MAYER, E. F. D. **A constituição do humano na aprendizagem**. 2013. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - UNIJUÍ – Universidade Regional Do Noroeste do Estado Do Rio Grande Do Sul, Ijuí, 2013. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1837/Elaine%20de%20F%20c3%a1tima%20Dudel%20Mayer.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 05 de mai. de 2020.

OLIVEIRA, M. G. Metodologias Ativas no Ensino de História: um Caminho para o Desenvolvimento da Consciência Crítica. *In: SILVA, A. R. L.; BIEGING, P.; BUSARELLO, R. I. Metodologia ativa na educação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017.

PORSCHÉ, S. C.; BATTISTI, E.; DAL CORNO, G. O. M.; POZENATO, M. H. M. **O gênero verbete no ensino**. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, O ensino em foco. Caxias do Sul. Agosto. 2009. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/o_genero_verbete_no_ensino.pdf> Acesso em 05 de mai. de 2020.

REIS, A. P. P. Z.; GOMES, C. A. **Violência Simbólica nas Relações de Gênero: Práticas Pedagógicas Reprodutoras de Desigualdades.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, p. 191 – 209, 2009. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2110_1048.pdf> Acesso em 29 de abr. de 2020.

REIS, J. F. **Os desafios da alfabetização de jovens e adultos.** 2015. 39f. Trabalho de conclusão (Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania) – Universidade de Brasília - Educação Salvador, Brasília. 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15366/1/2015_RosimeireBarbosa_tcc.pdf> Acesso em 20 de mar. de 2020.

ROSEMBERG, F. Caminhos Cruzados: Educação e Gênero na Produção Acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 47-68, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000100004>.

ROSISTOLATO, R. P. R. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes." **Rev. Estud. Fem.**, v. 17, n. 1, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100002>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v.20, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>> Acesso em 12 de mar. de 2020.

ROHDEN, F. "Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 157-174, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000100008>.

SILVA, C. S.; NASCIMENTO, A. L. Papel da psicologia da educação na formação docente: o que pensam os alunos do plano nacional de formação de professores da educação básica / universidade federal do Piauí. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica** / Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 1, n. 1, p. 107-129, 2013.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: *Contexto*, 2011.

SOARES, R. Pedagogias Culturais Produzindo Identidades. In: **Educação para a Igualdade de Gênero.** TV Escola. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Proposta Pedagógica. Ano XVIII – Boletim 26, p. 47-53, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf> Acesso em 25 abr. de 2020.

LOURENÇO, A. A.; PAIVA, M. O. A. "A motivação escolar e o processo de aprendizagem. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/313>> Acesso em 20 de mar. 2020.

TEIXEIRA, D. V. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, 2010.

UNESCO. **Educação para todos: Gênero e Educação para Todos**. O salto para a Igualdade. Relatório global de EPT 2003/2004. São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132480>> Acesso em 05 de mar. 2020.

ZIEBELL, C. R. **Gênero e direitos humanos**. 2015. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisinos/clair.htm>> Acesso em 11 de abr. de 2020.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa, Estampa, 1975.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em: Acesso em: 19 dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002>.